

VII Congresso Latino-americano de Ciência Política

Universidade dos Andes de Bogotá: 25, 26 e 27 de setembro de 2013.

Participação e Competição nos governos de esquerda em países da América Latina: os casos do Brasil, Chile, Bolívia e Venezuela¹

Autor: Maria do Socorro Braga

Filiação institucional: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Qualificação acadêmica: Doutora em Ciência Política pela USP

E-mail: msbraga2009@gmail.com

Autor: Oswaldo E. do Amaral

Filiação institucional: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Qualificação acadêmica: Doutor em Ciência Política pela Unicamp

E-mail: oswaldo_amaral@gmail.com

Participação e Competição nos governos de esquerda em países da América Latina: os casos do Brasil, Chile, Bolívia e Venezuela

¹ O material empírico utilizado neste artigo faz parte da pesquisa coordenada pelos autores: **Governos de esquerda e a qualidade da democracia na América Latina**, desenvolvido no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, com financiamento da FAPESP.

Resumo: O principal objetivo deste artigo é investigar os efeitos dos governos de esquerda no Brasil (2003-2010), no Chile (2000-2010), na Bolívia (2006-2010) e na Venezuela (1999-2010) sobre a qualidade da democracia política no que diz respeito a duas dimensões: a *participação* e a *competição política*. Mais precisamente, visamos investigar o grau em que todos os cidadãos possuem o direito de participação política e a medida em que o regime é capaz de incentivar a efetiva participação política não só pelo ato de votar, mas de tomar parte em partidos políticos e organizações da sociedade civil. No que se refere à competição, buscamos examinar o grau em que o regime é capaz de garantir a existência de competição eleitoral. Além disso, analisamos a capacidade dos sistemas eleitoral e partidário de processarem as diferentes demandas existentes na sociedade. Para isso serão analisados tanto a legislação partidária e eleitoral quanto os atores envolvidos no processo eleitoral e os resultados dos pleitos. A base empírica desse artigo faz parte do projeto **Governos de esquerda e a qualidade da democracia na América Latina**, coordenado pelos autores com financiamento da FAPESP.

Palavras-chave: participação, competição, governos de esquerda, América Latina, qualidade da democracia

1. Introdução

Nas duas últimas décadas diversos países da América Latina passaram a ser governados por grupos políticos de esquerda. Apesar das críticas à democracia liberal representativa todos esses governos foram legitimados por eleições populares. Em

alguns desses países, como a Bolívia e a Venezuela, novas Constituições foram outorgadas, quando outros mecanismos eleitorais e, mesmo um Poder, no caso boliviano, foram criados visando a normatização do processo político-eleitoral. Já no Brasil, a Constituição que inaugurou o atual regime democrático precedeu a chegada da esquerda partidária à Presidência da República. E, no Chile a democracia foi restaurada sem que houvesse a promulgação de outra Carta Magna. Nos dois primeiros países andinos, suas Constituições também incluíram novos dispositivos visando possibilitar a participação política de amplos setores até então excluídos das arenas políticas, enquanto no Brasil e no Chile os direitos políticos foram ampliados e outros mecanismos de participação direta, como o plebiscito e o referendun, foram incluídos, no caso brasileiro. No caso chileno esses mecanismos permaneceram em sua Constituição.

Diante desses variados contextos constitucionais vigentes durante os governos de esquerda examinados, este artigo tem três objetivos visando avaliar a qualidade desses regimes no que diz respeito ao grau de participação política e ao grau de inclusão e de condições de competitividade na competição partidária – dimensões consideradas fundamentais para a avaliação da qualidade da democracia (Diamond; Morlino, 2005). O primeiro é investigar se os governos de esquerda em comparação com os últimos dois governos de direita na Bolívia, na Venezuela e no Chile, e de centro-direita no Brasil, conseguiram aumentar a participação política dos cidadãos em cada contexto. O segundo é verificar, também em comparação, se os governos de esquerda conseguiram inserir novos setores da população na competição política e o quanto foram eficientes em sua eleição. O terceiro objetivo é avaliar, a partir das diferenças encontradas no exame das duas dimensões entre os países, se é possível falarmos de rendimentos democráticos distintos ou de avanços distintos rumo a democracias de maior qualidade. Argumentamos que naqueles países em que novas Constituições foram constituídas com a chegada dos governos de esquerda outra ordem política está sendo produzida, na qual predominam graus maiores de participação popular nos processos decisórios; bem como ampliação da competição política a amplos setores sociais tem aumentado o alcance das arenas políticas. Já nos países onde a formulação da Constituição precedeu a eleição dos governos de esquerda tanto a ampliação da participação quanto o acesso e êxito na competição partidária não representaram mudanças substanciais no formato das democracias liberais.

Para estruturar esse artigo, na segunda seção discutiremos os dispositivos criados visando a ampliação da participação pelos casos comparados. Além disso, serão examinados o quanto foram efetivos para ampliar a participação quando comparados com os dispositivos que predominaram nos governos anteriores. Na terceira seção, além da identificação dos dispositivos criados que afetam a competição política, também serão avaliados quanto aumentaram ou não a inserção de outros segmentos na arena governativa. Por fim, nas considerações finais avaliaremos o quanto essas mudanças encontradas podem está produzindo ou não novos desenhos de democracia pós-liberal.

2. Democracia e Participação

A literatura sobre a qualidade da democracia, seja em uma perspectiva mais teórica quanto em uma mais empírica, indica a dimensão da "Participação" como fundamental para a avaliação dos regimes democráticos. Nenhum regime pode ser considerado uma democracia se não garantir aos seus cidadãos o direito formal de participação política, especialmente os de se organizar, reunir, protestar e, especialmente, votar e escolher seus representantes. É a partir do direito formal à participação política em vários níveis que a *accountability vertical* se realiza. Ou seja, é por meio da possibilidade de participação dos cidadãos nos processos políticos que os governos podem ser controlados e as mais diferentes demandas existentes na sociedade, representadas. Isso requer, além dos direitos, garantias estatais de que eventuais atentados às regras que asseguram a participação serão devidamente coibidos, o que vincula essa dimensão a uma outra também fundamental para a análise da qualidade da democracia, a *Rule of Law*.

Além de um aspecto mais procedimental, segundo Diamond e Morlino (2005), Levine e Molina (2011) e Altman e Pérez-Liñan (2002), a dimensão da "Participação" apresenta também um caráter claramente substantivo, ligado especialmente aos níveis de educação e desigualdade existentes em uma determinada democracia. Dessa forma, esses autores reconhecem, ainda que indiretamente, que é mais fácil ter uma democracia de qualidade em contextos em que os níveis educacionais não são tão baixos e a desigualdade econômica não é tão elevada. Segundo os autores, isso ocorre porque a efetiva participação dos cidadãos nos processos políticos requer acesso a informação e capacidade de conhecer e interpretar corretamente as regras e os procedimentos do jogo

democrático. Tratando de outra maneira, é possível afirmarmos que aspectos socioeconômicos influenciam no grau de apropriação de "recursos políticos" pelos diferentes grupos sociais, o que pode resultar em diferentes níveis de exercício do direito democrático de participação. Nas palavras de Diamond e Morlino,

participation is intimately related to political equality, because even if formal rights of participation are upheld for all, inequalities in political resources can make it much more difficult for lower-status individuals to exercise their democratic rights of participation. Thus a fundamental condition for widespread participation is broad diffusion of basic education and literacy (...).

Em linha semelhante, afirmam Altman e Pérez-Liñan: "*The health of a democratic regime is particularly weak when some citizens are effectively disenfranchised as a consequence of poverty, lack of basic education or sheer apathy*". Diante disso, nossa análise parte do entendimento de que tanto aspectos mais procedimentais quanto mais substantivos devem ser objeto de análise na dimensão "Participação".

Nesta seção, algumas perguntas guiam a nossa análise: 1) Os governos de esquerda conseguiram redimensionar os padrões de participação política, contribuindo assim para a elevação da qualidade da democracia em seus países? 2) É possível identificar diferenças nas formas com que as administrações de esquerda trataram a questão da participação política? 3) É possível identificar diferentes padrões de variação nos níveis de participação política nos distintos países? Dessa maneira, nos preocupamos em observar se durante os governos de esquerda no Brasil (03-10), na Bolívia (06-10), no Chile (00-10) e na Venezuela (1999-10) houve algum tipo de redimensionamento nas formas de participação política. Dessa maneira, conforme mencionamos na Introdução, buscamos fazer tanto uma comparação no tempo para cada um dos países analisados quanto entre os diferentes governos. Isto nos permite avaliar se as administrações de esquerda, de uma maneira geral, contribuíram para as variações encontradas e verificar se diferentes abordagens de cada governo com relação a este tema também resultaram em alterações nas formas e na intensidade da participação política.

Não é nosso objetivo aqui responder de maneira definitiva às questões colocadas acima, mas apresentarmos algumas evidências que nos ajudem a entender os desdobramentos dos regimes democráticos nesses países durante o período em que

foram administrados por forças de esquerda. Para isso, fazemos uma breve descrição de novos mecanismos de participação política implantados em alguns dos países analisados e como a literatura vem tratando essas inovações. Posteriormente, analisamos alguns indicadores que nos ajudem a compreender as dinâmicas de participação política em cada um dos países estudados, como comparecimento eleitoral, nível de participação em atividades partidárias e de organizações da sociedade civil e de pobreza.

Começamos nossa análise pelo caso venezuelano. Embora ainda não haja consenso entre os analistas sobre as marcas das práticas participativas instauradas a partir de 1999 pelo governo de Hugo Chávez, parece não haver dúvidas sobre a ampliação dos mecanismos de participação na Venezuela. Como coloca Goldfrank, princípios participativos, práticas clientelistas e ideias leninistas parecem se sobrepor nos inúmeros mecanismos criados (2011, p. 177). Entre eles, destacaram-se, em um primeiro momento, os Conselhos Locais de Planejamento Público (CLPPs), organismos compostos por membros das administrações locais e representantes da sociedade civil para discutir o planejamento e o orçamento em âmbito local. A partir de 2005, o governo central optou por esvaziar os CLPPs e fortalecer os Conselhos Comunais (CCs). Diretamente subordinados ao governo nacional, esses conselhos foram desenhados para funcionar como microgovernos, criando e implementando projetos comunitários. A decisão pelo fortalecimento dos CCs é objeto de análises divergentes. Para alguns autores, o governo central, por meio da alocação de recursos, consegue manter suas bases locais mobilizadas e enfraquecer uma eventual oposição no plano local. Nesse sentido, os conselhos seriam eficazes ferramentas clientelistas. Outros, porém, argumentam que os CCs foram uma saída para a inoperância dos CLPPs, que passaram a ter suas atribuições limitadas por prefeitos tanto alinhados com o governo quanto com a oposição (Goldfrank, 2011, p. 179).

O nível de participação nos CCs é alto. Surveys mostram que mais de um terço dos adultos já participaram de reuniões desses organismos (Tabela 4). A participação, embora maior entre partidários do governo, é alta também entre simpatizantes da oposição. Alguns trabalhos indicam também que a visão da população sobre os conselhos é, de uma maneira geral, positiva, e que a maioria dos projetos propostos vieram da própria comunidade e não do governo (Goldfrank, 2011; Levitsky e Roberts, 2011c). Nesse sentido, muitos autores destacam os efeitos positivos de inclusão política que os conselhos desempenharam e a sua capacidade de canalizar demandas sociais

represadas, especialmente em comunidades pobres de grandes centros urbanos. Essa ampliação das possibilidades participativas parece ter auxiliado a redimensionar a satisfação dos venezuelanos com o regime democrático: no período Chávez, a satisfação com a democracia, medida por pesquisas como o Latinobarómetro, tem se mostrado maior do que a média da região e do que em meados dos anos 1990 no próprio país (Goldfrank, 2011; Levitsky e Roberts, 2011c; Weyland, Madrid e Hunter, 2010b).

Na Bolívia, a administração de Evo Morales também reforçou mecanismos participativos. O governo utilizou *recalls* e referendos, estabeleceu consultas regulares aos movimentos sociais por meio de assembleias e congressos e criou a Coordenação Nacional para a Mudança (Conalcam), organismo que reúne lideranças de movimentos sociais, membros do executivo e congressistas para discutir políticas públicas (Anria, 2010; Madrid, 2011). Diferentemente do caso venezuelano, porém, os movimentos sociais na Bolívia contam com mais liberdade frente ao governo, sendo capazes de se organizar e mobilizar de forma autônoma (Anria, 2010; Madrid, 2011). O governo Morales também parece ter conseguido redimensionar o nível de satisfação dos bolivianos com a democracia. A literatura indica que sua ascensão ao poder e a maior participação de segmentos historicamente marginalizados nos processos decisórios foram fundamentais para o crescimento do apoio à democracia e às instituições democráticas na Bolívia. De acordo com o Latinobarómetro, a proporção de bolivianos satisfeitos com o regime democrático pulou de 24%, em 2005, para 50%, em 2009. Dados do Projeto Opinião Pública Latino-Americana (Lapop) mostram que a satisfação com a democracia cresceu mais entre aqueles que se classificaram como indígenas do que entre brancos e mestiços (Weyland, Madrid e Hunter, 2010b; Madrid, 2011; Levitsky e Roberts, 2011c).

Devido às semelhanças com que a literatura trata a administração petista, no Brasil, e a socialista, no Chile, analisamos os dois casos de forma conjunta. De acordo com as avaliações de Levitsky e Roberts (2011c) e Weyland, Madrid e Hunter (2010b), os governos de esquerda no Brasil e no Chile contribuíram para a consolidação da democracia no seu formato liberal. Segundo a literatura analisada aqui, em que pesem os avanços descritos no sentido da consolidação da democracia, ambos os governos de esquerda não foram capazes de aprofundar suas experiências democráticas e ampliar a participação de seus cidadãos no processo político (Levitsky e Roberts, 2011c; Weyland, Madrid e Hunter, 2010b; Handlin e Collier, 2011). Convém lembrar, porém,

que os trabalhos que tratam do caso brasileiro (Hunter, 2011; Goldfrank, 2011; Kingstone e Ponce, 2010) não abordam a experiência das Conferências Nacionais de Políticas Públicas, responsáveis por elaborar diretrizes para políticas públicas no âmbito federal - e aqui reside uma de suas maiores falhas.

A inclusão de instâncias participativas no processo de gestão pública foi uma das marcas da inovação do partido no governo federal. O PT introduziu fórmulas participativas no funcionamento de governos locais desde os anos 1990. As experiências municipais tiveram seu projeto original vinculado às formas de democracia que buscavam maior inclusão de setores sociais nas esferas deliberativas do Estado, entre as quais o Orçamento Participativo foi o principal exemplo. No entanto, nenhuma fórmula deliberativa experimentada pelo partido em nível local foi introduzida no quadro institucional federal, dado que não teriam analogia possível ao nível nacional. Mesmo assim, algumas iniciativas adequadas a essa institucionalidade democrática foram implantadas ou intensificadas pelo governo petista. Um exemplo é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, um órgão de assessoramento da presidência da República para definição de projetos de longo prazo. Instalado inicialmente em 2003 com 82 representantes da sociedade civil, com especial representação dos sindicalistas e empresários, é plausível sugerir que o CDES também emergiu da necessidade do primeiro governo Lula de ampliar sua base de apoio por meio de um diálogo institucionalizado com amplos setores, dado o contexto adverso no qual se elegeu. De toda forma, a fórmula do Conselho traduz a disposição pela aproximação entre governo e setores sociais, defendida pelo partido.

Na mesma direção emergem as Conferências Nacionais de Políticas Públicas (CNPP) que, embora não sejam uma inovação petista e estivessem presentes na política brasileira desde a década de 1940, a partir de 2003 tornaram-se mais numerosas e mais inclusivas, abrangendo setores amplos da sociedade e articulando grande número de participantes. As CNPP são instâncias de deliberação e participação voltadas para a produção de políticas públicas em âmbito federal. São convocadas pelo Executivo, têm caráter temático e contam com a participação de representantes do governo e da sociedade civil. Geralmente, as conferências são precedidas por etapas locais e regionais. A etapa nacional é a responsável por elaborar um documento contendo as diretrizes para a formulação de políticas públicas na respectiva área (Pogrebinski; Santos, 2011). No governo FHC (1995-2002), foram convocadas 17 conferências

nacionais. Na administração Lula, o número subiu para 74, uma média de 9,2 por ano. No primeiro ano do governo Dilma Rousseff, a média permaneceu alta com a realização de oito conferências, demonstrando a incorporação desse mecanismo à lógica governativa nas gestões petistas junto ao Governo Federal. Conforme apontam trabalhos recentes, as decisões tomadas pelas conferências acabam sendo incorporadas pelos congressistas em inúmeros projetos de lei, o que sugere a articulação entre uma prática participativa institucionalizada e o processo legiferante mais tradicional (Pogrebinschi; Santos, 2011; Pogrebinschi; Samuels, 2012).

Um indicador comum usado na literatura sobre participação política é a taxa de comparecimento dos eleitores às urnas. Esse é um indicador importante, pois é capaz de apontar a taxa de adesão ao processo político institucional. No entanto, dificuldades nos registros para votação e a obrigatoriedade do voto (no Brasil, na Bolívia e no Chile) sugerem alguns cuidados. Para melhor captarmos as variações nos níveis de participação nos processos eleitorais, optamos então por usarmos os dados de comparecimento sobre o total da população apta a votar, pois assim reduzimos o ruído que pode ser provocado pela ausência de registro eleitoral, algo que também deve ser considerado na análise. Também decidimos observar as porcentagens de votos inválidos, pois eles podem refletir uma recusa em participar efetivamente do processo político - especialmente nos países em que o voto é obrigatório. Por fim, como todos os casos são repúblicas presidencialistas em que os Executivos contam com muito poder, optamos por analisar os dados das eleições presidenciais.

Tabela 1 - Porcentagem de votos inválidos e taxa de comparecimento sobre o total da população apta nas eleições presidenciais

Bolívia			Brasil			Chile			Venezuela		
Ano	Inv. (%)	Comp. (%)	Ano	Inv. (%)	Comp. (%)	Ano	Inv. (%)	Comp. (%)	Ano	Inv. (%)	Comp. (%)
1997	6,2	64,5	1998	18,7	81,0	1993	3,6	81,5	1998	6,5	52

2002	7,2	66,8	2002	10,4	79,1	1999	2,0	72,4	2000	5,3	46,7
2005	7,4	63,4	2006	8,4	83,6	2005	2,8	63,3	2006	1,4	76,4
2009	2,5	85,6	2010	8,6	77,3	2009	3,4	59,1	2012	1,9	82

Fonte: International Idea; TSE

Os dados mostram que na Bolívia e na Venezuela houve um aumento expressivo nos níveis de comparecimento eleitoral e na porcentagem de votos válidos nas eleições presidenciais no período em que as administrações de esquerda estiveram no poder. No Brasil, a taxa de comparecimento permaneceu inalterada e o número de votos válidos aumentou especialmente entre 1998 e 2002, permanecendo estável em 2006 e 2010, período em que o PT esteve no poder. No Chile, por sua vez, a porcentagem de votos válidos permaneceu estável e baixa nas administrações Lagos e Bachelet. No entanto, o nível de comparecimento manteve a tendência de queda verificada em pleitos anteriores.

Outro indicador bastante comum na literatura sobre participação política é aquele que mede o nível de participação do cidadão em organizações da sociedade civil e em partidos políticos, por exemplo. Esse dados são de mais difícil tratamento do ponto de vista comparativo, tanto diacronicamente quanto entre países. Diferentes enunciados e perguntas presentes nos *surveys* dificultam a dupla comparação que nos propusemos a fazer. Ainda assim, mesmo com dados relativos apenas ao período 2006-2010, é possível observarmos algumas tendências bastante relevantes. A primeira delas é a de que o nível de participação dos cidadãos em reuniões de comitês e associações de bairro e de movimentos ou partidos políticos é muito mais alto na Bolívia e na Venezuela do que no Brasil e no Chile (Tabelas 2 e 3). Embora inconclusivos a respeito dos efeitos diretos dos governos de esquerda sobre os níveis de participação nessas organizações, esses dados, quando combinados com os de participação eleitoral, sugerem que os governos de esquerda na Bolívia e na Venezuela foram ao menos capazes de manter elevados níveis de participação política, o que não aconteceu no Brasil e no Chile. No caso venezuelano, porém, há um dado adicional que merece consideração: o alto nível de participação nos Conselhos Comunais, como já havíamos indicado. Se levarmos em consideração que esse mecanismo de participação não existia antes do governo Chávez e que mais de 35% dos entrevistados tanto em 2007 quanto em 2010 afirmaram participar dele, é possível concluirmos que um importante instrumento participativo foi criado por essa administração de esquerda.

Tabela 2. % de entrevistados que frequentam reuniões de comitês e associações de bairro (pelo menos uma vez ao ano)

Bolívia		Brasil		Chile		Venezuela	
2006	43,2	2007	14,4	2006	21,1	2007	34,7
2008	46,0	2008	19,9	2008	22,7	2008	38,3
2010	47,1	2010	14,0	2010	19,4	2010	32,7

Fonte: Lapop

Tabela 3. % de entrevistados que frequentam reuniões de movimentos ou partidos políticos (pelo menos uma vez ao ano)

Bolívia		Brasil		Chile		Venezuela	
2006	19,3	2007	8,1	2006	4,4	2007	15,0
2008	9,5	2008	10,3	2008	2,8	2008	12,1
2010	18,7	2010	8,5	2010	3,5	2010	14,0

Fonte: Lapop

Tabela 4. % de entrevistados que frequentam reuniões de Conselhos Comunitários (CCs) na Venezuela (pelo menos uma vez ao ano)

2007	35,5%
2010	38,9%

Fonte: Lapop

Por fim, convém observarmos as porcentagens de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza nos países estudados nos períodos em que foram governados por forças progressistas. Como é possível ver na Tabela 5, todos os países apresentaram significativo declínio na porcentagem de pessoas consideradas pobres. Em que pesem os bons ventos econômicos até 2008, é inegável que os governos de esquerda nos quatro países foram bem-sucedidos na adoção de políticas redistributivas, como programas de transferência de renda. Esse é um dado importante, pois aponta, ainda que indiretamente, uma ampliação nas possibilidades de aquisição de informação política, elemento fundamental para a participação política.

Tabela 5. % de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza

Bolívia		Brasil		Chile		Venezuela	
2004	63,9	2002	37,8	2000	20,2	1999	49,4
2009	42,4	2011	20,9	2011	11,5	2010	27,8

Fonte: Cepal

Com relação à dimensão da participação, a literatura e os dados apresentados aqui nos permitem traçar alguns apontamentos sobre as recentes experiências de governos de esquerda na América Latina. Por um lado, parece evidente o sucesso dessas administrações em reduzir a pobreza e a miséria, elemento importante para uma participação política de maior qualidade. Nesse sentido, é possível afirmarmos que algumas pré-condições substantivas importantes para a elevação da qualidade da democracia nesses países foi atingida. Por outro lado, a análise dos novos mecanismos criados em cada um dos países sugerem que os governos de esquerda na Venezuela e na Bolívia foram mais capazes de criar novos instrumentos de participação do que as administrações progressistas no Brasil e no Chile, ainda que não esteja claro o grau de autonomia de partidos e de movimentos sociais com relação ao governo na utilização desses novos mecanismos. Os dados de participação analisados aqui reforçam essa percepção. Em uma perspectiva comparada, os níveis de participação nesses dois países são maiores do que no Brasil e, especialmente, do que no Chile. Os níveis de comparecimento eleitoral apresentaram impressionante crescimento e é significativa a porcentagem de pessoas que declararam participar de reuniões de comitês e associações de bairro e de partidos e movimentos políticos. É difícil dizermos se essa ampliação significa um redimensionamento da participação no longo prazo ou se é resultado de um contexto político de polarização ideológica no qual os principais atores políticos e sociais lançam mão de uma estratégia permanente de mobilização para garantir conquistas recentes. De qualquer maneira, é possível afirmarmos que há diferenças significativas na intensidade com que a participação política acontece nos quatro países. Voltaremos a alguns desses apontamentos nas Considerações Finais.

3. Democracia e Competição Política: restritiva ou inclusiva?

Há certo consenso na literatura sobre os meios democráticos que os diferentes tipos de esquerda se utilizaram para chegarem ao poder político na América Latina em fins dos anos 90 e na primeira década da virada do século. Todos esses

agrupamentos políticos não somente participaram de processos eleitorais como mantiveram as eleições como a instituição social legitimadora do acesso às esferas políticas. Todavia, a realização periódica de eleições livres e honestas não basta para tornar um país democrático. Para isso há que se avaliar outros aspectos da dimensão da competição política que afetam as condições nas quais esse jogo ocorre entre as forças políticas de cada caso investigado visando a representação política.

Para dá conta desse objetivo, nesta parte buscamos examinar o grau em que o sistema eleitoral adotado por cada país tem sido suficiente para garantir a existência de competição política justa e viável do ponto de vista representativo dos segmentos sociais, observando-se dois aspectos: primeiro, se houve alteração no conjunto de regras que organizam o processo de competição e, em segundo, em que direção essas alterações vem apontando no que diz respeito ao grau de inclusão das forças políticas e sociais.

Em termos das regras do jogo eleitoral e dos mecanismos de representação elaboramos os quadros 1 e 2 para avaliarmos se houve mudanças ou não com a chegada dos novos grupos de esquerda e em qual direção esses novos mecanismos estão levando a competição política no que se refere a dois aspectos: ao espaço da oposição na disputa e a inclusão dos setores político e sociais relevantes no sistema político de cada sociedade.

Nos contextos analisados as competições políticas nacionais continuam sendo primordiais para as democracias presidencialistas funcionarem. Aqui vamos examinar as disputas pela Presidência da República e para a Câmara dos deputados. Como podemos ver no quadro 1 houve mudanças significativas no sistema eleitoral presidencial tanto da Bolívia quanto da Venezuela ao menos em relação a duas variáveis comparadas. A duração do mandato presidencial aumentou nos dois casos, sendo de 5 para 6 anos na Venezuela, e de quatro para cinco anos na Bolívia. Já no que diz respeito ao dispositivo da reeleição, nos dois casos, passou a ser indefinida a partir do último pleito analisado. As consequências mais notórias dessas mudanças foram o aumento da concentração do poder no Executivo e a redução de margem de manobra da oposição. Em relação a este último efeito dessas mudanças cabe ressaltar que no caso venezuelano a oposição acabou sendo mais desfavorecida na disputa porque o sistema eleitoral se manteve de maioria simples. Uma das críticas feitas a esse sistema é o de que dá a

vitória a partidos com reduzido apoio em termos percentuais. Já no caso boliviano a oposição tem maior espaço de competição, pois desde 2009 o sistema eleitoral é o de maioria absoluta ou no caso de nenhum candidato atingi-la, será o candidato que obtiver 40% com diferença de 10% do segundo colocado. Caso nenhum dos resultados seja alcançado os dois mais votados vão para o segundo turno. Duas vantagens são acrescentadas com esse sistema à democracia boliviana: mais forças políticas são encorajadas a competir no primeiro turno e o presidente é quase sempre eleito com mais da metade dos eleitores que foram às urnas.

Quadro I. Evolução do Sistema eleitoral Presidencial

Países	Datas	Duração do mandato	Possibilidade de reeleição	Majoria requerida no primeiro turno
Venezuela	1958-1998	5	Sim, depois de dois mandatos constitucionais	nenhuma
	2000-2006	6	Sim, um mandato imediato	nenhuma
	2012	6	Sim, indefinido	nenhuma
Bolívia				
	1884-1951	4	Sim, depois de um mandato	Majoria absoluta, caso não aconteça, o senado é quem escolhe entre os três primeiros.
	1956-1964	4	Sim, indefinido	Majoria simples
	1985-2009	4	Sim, um mandato imediato	Majoria absoluta, caso não aconteça, a Câmara dos Deputados é quem escolhe entre os dois primeiros.
	2009-2013	5	Sim, indefinido	Majoria absoluta ou o candidato que obteve 40% com diferença de 10% do segundo colocado. Caso nenhum dos resultados seja obtido os dois mais votados vão p/segundo turno.
Chile				
	antes de 1973	6	Não	Majoria absoluta, caso nenhum candidato alcance o mais votado vai para o congresso para confirmar.

	1990-1994	4	Não	Maioria absoluta, senão vai para segundo turno
	1994-2006	6	Não	Maioria absoluta, senão vai para segundo turno
	2006-2014	4	Não	Maioria absoluta, senão vai para segundo turno
Brasil				
	1989-1994	4	Não	Maioria absoluta, caso nenhum candidato consiga os dois mais votados vai para o segundo turno.
	1994-2010	4	Sim, um mandato imediato	Permanece majoritário com dois turnos

Fonte: Tribunal Calificador de Elecciones de Chile e Observatório de Política Sul-Americana. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil. <http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e005.pdf>; <http://americo.usal.es/OIR>

Já no que diz respeito ao Brasil e ao Chile suas instituições eleitorais apresentam pequenas mudanças. No caso brasileiro, vale ressaltar, a única alteração ocorreu antes da esquerda assumir o governo em 2002. Foi no primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), à frente da coalizão de centro-direita, que o dispositivo da reeleição passou a vigorar para todos os cargos majoritários. Mas tanto a duração dos mandatos de quatro anos quanto o sistema eleitoral de dois turnos permaneceram regulando essa competição². Já no Chile duas mudanças ocorreram: o mandato presidencial foi reduzido, passando de seis para quatro anos no último pleito. E o sistema eleitoral continuou sendo majoritário com maioria absoluta mas, a partir de 1989, com a redemocratização, começou a vigorar os dois turnos quando nenhum candidato obtivesse esse resultado.

Mas em quais direções essas mudanças nesses mecanismos vem afetando a disputa política pela Presidência da República nesses países? Para examinarmos essa questão a tabela 1 abaixo mostra o número efetivo de partidos/candidatos³ que concorreram nos pleitos realizados desde o início da redemocratização nos países

² No caso brasileiro outra alteração importante para o sistema político foi a mudança no calendário eleitoral das eleições, a partir de 1994, que tem como circunscrição o estado e o âmbito nacional. Desde então os pleitos nacional e estaduais ocorrem ao mesmo tempo, o que tem contribuído para haver maior coordenação eleitoral entre as lideranças partidárias e classe política, bem como entre eleitores e candidatos e partidos. Sendo essa mudança importante para explicar a estabilidade do sistema partidário atual.

³ O número de partidos efetivos foi calculado conforme índice de partido efetivo criado por Laakso e Taagepera (1979).

analisados até a chegada os grupos de esquerda à Presidência da República.

Tabela 1. Número efetivo de Candidatos nas eleições Presidenciais

Pleitos Presidenciais	VENEZUELA	BRASIL	CHILE	BOLÍVIA
1988	2,3			
1989		5,7	2,4	
1993	4,0		2,5	
1994		2,7		
1997				5,9
1998	2,1	2,5		
1999			2,2	
2000	1,7			
2002		3,2		5,7
2005			3,0	2,6
2006	1,6	2,4		
2009			3,1	2,1
2010		2,6		
2012	2,0			

Fonte: Tribunal Calificador de Elecciones de Chile e Observatório de Política Sul-Americana. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil. <http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e005.pdf>; <http://americo.usal.es/OIR>

As informações da tabela 1 revelam que, de uma forma geral, vem ocorrendo processo de concentração do poder em poucas forças políticas em todos os países examinados. Todavia há certa variação que deve está relacionada tanto aos tipos de formulas eleitorais prevalecentes e ao dispositivo da reeleição indefinida quanto por questões estruturais. A maior concentração do poder está na Venezuela, onde o ex-general Hugo Chávez do *Movimiento V Republica* (MVR) foi eleito pela primeira vez nas eleições de 1998, com 56,2% de votos válidos, mantendo-se até 2012 a principal força política daquele país. Naquele pleito, os partidos tradicionais que conformavam parte expressiva da oposição enfrentavam forte desgaste popular. Com isso a segunda maior força foi formada por Henrique Salas Romer do *Proyecto Venezuela* (PRVZL), alcançando quase 40% dos votos. No pleito seguinte, em 2000, Hugo Chávez aumentou ainda mais sua votação chegando à 59,7% dos votos, reduzindo a expressão eleitoral da segunda força, composta por Francisco Arias Cardenas da *La Causa Radical* (LCR), com pouco mais de 37%. No pleito de 2006 essa diferença aumentou ainda mais entre Hugo Chávez, agora pelo *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV), logrando 62,8% dos votos, contra 37%, de Manuel Rosales de *Un Nuevo Tiempo* (UNT). Somente no pleito de 2012 duas forças voltaram a ser relevantes no sistema partidário boliviano, com predominância do PSUV de Hugo Chávez ao conquistar 55% dos votos.

A outra força foi conformada pela oposição, denominada de *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD), com Henrique Capriles voltando ao patamar dos 44% dos votos.

Em seguida vem a Bolívia em termos da concentração do poder na disputa pelo Executivo, dinâmica que é observada após a chegada do presidente do Sindicato dos Cocaleiros, Evo Morales à presidência da República a partir de 2005. Naquele pleito Morales pelo *Movimiento ao Socialismos* (MAS) obteve 54% dos votos no primeiro turno, contra 29% de Jorge Fernando Quiroga do PODEMOS. Outros seis partidos participaram daquele pleito, incentivados pelo sistema de dois turnos. Morales foi reeleito no pleito de 2009 com 64% dos votos, sendo assim, o primeiro presidente a obter uma reeleição consecutiva desde Victor Paz Estenssoro em 1964. Na oposição, o candidato Manfred Reyes Villa do *Plan Progreso para a Bolívia* (PPB), ficou com 26% dos votos. Novamente outros seis partidos também apresentaram candidatos, mas com menor apoio eleitoral.

Já no Brasil após as eleições de 1994, conforme a tabela 1, que elegeu Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para a presidência do país, a dinâmica do sistema partidário brasileiro polarizou-se em torno de duas grandes coligações de partidos: uma de centro-direita, liderada pelo PSDB, e outra de centro-esquerda, encabeçada pelo PT. Dai em diante predominou uma dinâmica bipartidária no âmbito federal, com a coligação de centro-direita vencendo novamente as eleições de 1998, reelegendo Fernando Henrique Cardoso com 53,1% dos votos válidos no primeiro turno, contra quase 32% obtidos pela coligação de centro-esquerda, liderada por Lula da Silva. Apesar da forte disputa entre as duas coalizões, é importante salientar que durante todo o período analisado outros partidos lançaram candidatos, e, entre os quais sempre teve um terceiro partido obtendo percentual de voto que quase o tornava efetivo. Isso ocorreu nas eleições de 2002, como poder ser visto na tabela analisada. Nesse pleito, a coalizão de centro esquerda, liderada pelo ex-sindicalista Lula da Silva (PT), chega a Presidência da República. Lula da Silva obteve 46% dos votos contra 23% do seu principal opositor, Jose Serra (PSDB). A terceira força seria constituída pelo ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (PSB), quando chegou a quase 18% dos votos. No segundo turno, Lula da Silva conseguiu agregar as preferências eleitorais de grande maioria dos eleitores brasileiros (61%), contra quase 39% dos eleitores serristas.

No pleito seguinte, em 2006, Lula da Silva obteve quase 49% dos votos contra 42% do então candidato da oposição, Geraldo Alckmin (PSDB). Mais cinco

partidos disputaram esse pleito não havendo, pela primeira vez, uma terceira força. No segundo turno a coalizão de centro-esquerda venceu a principal força da oposição com praticamente a mesma maioria, ou seja, 61 dos sufrágios, contra 39%. Finalmente, nas eleições de 2010 as forças de centro-esquerda conseguem, pela segunda vez consecutiva, reeleger um candidato, a ex-ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula, Dilma Rousseff (PT) com 56% dos votos no segundo turno. Seu principal opositor, Jose Serra (PSDB), da coalizão de centro-direita, alcançou quase 44%. No primeiro turno uma terceira força voltou à disputa formada pela ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula da Silva, Marina Silva (PV), logrando 19% dos votos válidos. E, outros seis partidos apresentaram candidatos que alcançaram fracas votações.

No caso Chileno a eleição presidencial inaugural da retomada da democracia foi marcada pela polarização das principais forças políticas em torno do plebiscito de 1988, no qual a população decidiu tirar o ex-ditador Pinochet do poder por 53% dos votos. 13 partidos opositoristas de centro e de esquerda formaram a *Concertación* dos partidos pelo NÃO; por sua vez, a RN e a UDI (ambas de direita) apoiaram Pinochet, conformando, para as eleições de 1989, a coalizão *Alianza pelo Chile*. Na *Concertación*, esses partidos continuaram elaborando um programa de governo que abrangesse suas plataformas, e, nas primeiras eleições democráticas, em 1989, Patricio Aylwin (PDC) foi eleito no primeiro turno com 55% dos votos⁴. Na oposição, a coalizão de direita *Alianza pelo Chile*⁵, apoiou Hernán Büchi Buc (UDI) obtendo 29% dos votos. Uma outra coalizão de menor expressão, denominada de pacto *Juntos Podemos*, composta pelo PC (*Partido Comunista de Chile*) e o PH (*Partido Humanista*) chegou aos 15% dos votos. No pleito seguinte, em 1993, a *Concertación*, com o candidato Eduardo Frei (PDC) aumentaria ainda mais sua diferença na votação em relação ao segundo colocado. Frei foi eleito também no primeiro turno com quase 58% dos votos, contra 24% do candidato mais relevante da oposição, Arturo Alessandri Besa (independente, apoiado pela *Union por Chile*). Outros quatro candidatos com baixa expressão eleitoral participaram desse pleito.

Já nas eleições de 1999 esse quadro começa a ser revertido a favor da oposição, resultando na disputa mais competitiva entre as duas principais forças políticas do

⁴ A *Concertación* a partir daí tornar-se-ia a principal força de centro-esquerda, governando o Chile de 1990 a 2009, sendo formada por PS (*Partido Socialista de Chile*), PPD (*Partido por la Democracia*), PRSD (*Partido Radical Social Demócrata*) e PDC (*Partido Demócrata Cristiano*).

⁵ A *Alianza pelo Chile* foi conformada pela UDI (*Unión Demócrata Independiente*), RN (*Renovación Nacional*), CH1 (*ChilePrimero*), mantería-se como a segunda força durante todo o período.

Chile. A diferença foi de apenas 0,45. Enquanto o candidato da Concertación, Ricardo Lagos (PS) teve 47,9% dos votos, o candidato da *Alianza pelo Chile*, Joaquin Lavín Infante (UDI), chegou aos 47,5%. No segundo turno essa diferença foi para 2,6 a favor do candidato socialista, mantendo-se, portanto, a *Concertación* no Executivo. Outros quatro candidatos disputaram também esse pleito. No pleito de 2005 a Concertación mantém sua tendência de declínio com Michelle Bachelet (PS) obtendo a votação mais baixa da série histórica do período democrático (45,9%), e a oposição se dividiu em dois candidatos: Sebastián Piñera (RN) pela *Alianza pelo Chile*, logrou 25,4% dos votos e Joaquin Lavín (UDI), chegou aos 23%, resultando em três forças efetivas. No segundo turno a candidata socialista saiu vitoriosa com 53% dos votos, contra 46% de Piñera. No pleito seguinte, em 2009, portanto, após 20 anos da Concertación no poder, haveria a primeira alternância de grupo político no Executivo chileno. A competição política foi concentrada em três candidatos efetivos. O candidato Sebastián Piñera (RN), pela *Alianza pelo Chile*, teve 44% dos votos contra quase 30% de Eduardo Frei (PSC), pela Concertación, no primeiro turno. E o candidato independente, Marco Enriquez-Ominami Gumucio, alcançou os 20% dos votos. No segundo turno Piñera (RN) saiu vitorioso com quase 52% dos votos, contra 48% de Frei (PSC).

Como vimos, em contextos com regras eleitorais mais restritivas como o caso venezuelano, onde o sistema majoritário por maioria simples combinado ao dispositivo da reeleição indefinida ao final do período, colaborou para a competição política presidencial se restringir, em alguns pleitos, a apenas uma força efetiva, revelando-se um contexto com fraca competitividade e baixa representação da diversidade de interesses que conformam a sociedade venezuelana. Já nos demais contextos políticos houve maior margem de competição para as forças da oposição e espaço de representação da diversidade social, particularmente no Brasil e no Chile, o que vem incentivando maior participação de variados segmentos da população na disputa política, constituindo, assim, arenas eleitorais mais inclusivas.

A questão da representação das diferentes forças políticas e seus interesses em cada contexto político será mais detalhadamente analisada no quadro 2 e tabela 2 abaixo. No quadro 2 buscamos identificar se houve alterações nas regras do sistema eleitoral parlamentar e, na tabela 2, verificamos em que sentido impactaram ou não na distribuição do poder parlamentar e na representação dos interesses sociais na Câmara dos Deputados.

Quadro II. Evolução do Sistema eleitoral Legislativo

Países	Datas	Duração do mandato	Possibilidade de reeleição	Fórmula	Tipos de deputados	Distritos eleitorais
Venezuela						
	1958-1988	5	Sim, indefinida	D'Hont		
	1993-1998	5	Sim, indefinida	D'Hont/maioria simples	Metade dos deputados por RP de lista e metade por RM simples	
	2000-2005	5	Sim, dois períodos	D'Hont/maioria simples	52 deputados por lista e 110 por RM simples e 3 indígenas	
	2010	5	Sim, indefinida	igual	igual	
Bolívia						
	1884-1951	4	Sim, indefinida	d'Hondt		
	1956-1964	4	Sim, indefinida	Proporcional com duplo consciente		
	1985-2009	4	Sim, indefinida.	Saint-Laguë (1989) e d'Hondt (a partir de 1996)	62 são eleitos RP de lista e 68 por majoritário simples	
	2009-2013	5	Sim, uma única vez.	Maioria simples/d'Hondt	Metade dos deputados eleitos por distritos uninominais e metade por distritos plurinominais	
Chile						

	até 1973	4	Sim, indefinida	D'Hont ,lista aberta/binominal	nacional	60
	1980-2014	4	Sim, indefinida	igual	nacional	60
Brasil	1988-2010	4	Sim, indefinida	D'Hont, com lista aberta	Estadual	26

Fonte: Tribunal Calificador de Elecciones de Chile e Observatório de Política Sul-Americana. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil. <http://www.cne.gov.br/web/documentos/estadisticas/e005.pdf>; <http://americo.usal.es/OIR>

De acordo com as informações do quadro 2 acima as principais modificações introduzidas por Chávez no sistema eleitoral parlamentar venezuelano foram: a dissolução do Senado em 1999, a redução do número de membros da Assembleia Nacional, alteração no número de deputados eleitos por cada fórmula eleitoral quando aqueles a serem eleitos pelo sistema majoritário simples passou a 66,7%, introdução da reeleição parlamentar em apenas dois mandatos no período de 2000 a 2005, voltando a ser indefinida no pleito seguinte. Outros dispositivos importantes do ponto de vista da representação e do controle popular foi a reserva de três cadeiras parlamentares para os representantes das comunidades indígenas e a instituição da revogabilidade de todos os cargos eleitos.

Como podemos verificar na tabela 2, o número de forças efetivas na Câmara Venezuela vai diminuindo a medida que as novas regras vão sendo aplicadas com a promulgação da nova Constituição em 1999. Mas a redução da representação das forças políticas venezuelanas pode ser observada desde o pleito de 2000 quando apenas quatro forças conseguiram ser efetivas na divisão do poder da Câmara entre 18 partidos que participaram daquela disputa. Nessa eleição o partido do governo, o MVR , já era o maior partido da Câmara com 56% das cadeiras. No pleito seguinte, Chávez ampliou consideravelmente seu poder com a recusa da oposição em participar da disputa. Nesse contexto, os partidários de Chávez passaram a controlar a Assembleia Nacional, com o MVR preenchendo 68% das cadeiras. Em 2008, o MVR foi refundado como PSUV, aglutinando vários partidos. Em janeiro de 2009, esse novo partido passou para seu poder 84% das cadeiras do Legislativo. No pleito de 2010 elegeu 59% das cadeiras, mantendo a maioria absoluta para governar. Com o retorno da oposição à disputa a Acción Democrática (AD) conseguiu a segunda maior bancada (22%), voltando a ser outra força efetiva.

As mudanças no sistema eleitoral parlamentar venezuelano aumentaram consideravelmente o poder do partido do presidente Hugo Chávez, redundando na alta concentração do poder parlamentar nas forças políticas que o apoiam. Em consequência várias mudanças constitucionais, inclusive a promulgação de uma nova Constituição, foram concretizadas e apoiadas em referendos por grande parte população. As forças oposicionistas, por sua vez, diante da frágil margem de vitória causada também, em boa medida, pela própria rejeição dos segmentos populares à classe política tradicional, ficaram sem espaço político, o que começou a ser reconquistado a partir do último pleito. Resta avaliar qual é o grau de diversidade social da representação alcançado pelos governos controlados pelos atuais grupos políticos que estão governando a Venezuela desde 1998. Esse objetivo será desenvolvido em outro artigo.

Tabela 2. Número de partidos efetivos parlamentares na Câmara dos Deputados

Pleitos para a Câmara dos Deputados	VENEZUELA	BRASIL	CHILE	BOLÍVIA
1988	2,9			
1989			5,3	3,9
1990		8,7		
1993	4,7		4,9	3,7
1994		8,2		
1997			5,4	5,7
1998	5,6	7,1		
1999				
2000	4,5			
2001			5,9	
2002		8,5		4,9
2005	2,2		5,5	2,4
2006		9,3		
2009			5,6	1,8
2010	2,7	10,4		
Total de cadeiras no ultimo pleito	162	513	120	130

Fonte: Tribunal Calificador de Elecciones de Chile e Observatório de Política Sul-Americana. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil. <http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e005.pdf>; <http://americo.usal.es/OIR>

Já no caso boliviano as principais mudanças ocorreram no aumento dos anos do mandato do deputado, passando de quatro para cinco anos, no dispositivo da reeleição que deixou de ser por tempo indefinido para apenas uma única vez e a quantidade das cadeiras a serem eleitas por cada princípio representativo. Nesse último caso, no sistema misto boliviano, desde 2009, metade dos deputados são eleitos pelo princípio proporcional de lista e metade pelo sistema majoritário simples. Ainda é importante

ressaltar, embora ainda precise ser demonstrado, que a Constituição boliviana atual estipula que a forma comunitária deve ser uma das maneiras viáveis do exercício da democracia naquela sociedade, definindo a eleição dos dirigentes dos povos indígenas e camponeses segundo usos e costumes. No que se refere às formas de representação no Congresso, o novo texto constitucional também estabelece a participação paritária de homens e mulheres e a reserva de cadeiras para representantes indígenas. Nesse sentido, a Lei Eleitoral Transitória, aprovada pelo Legislativo em 2009, formulada para regular as eleições gerais e as departamentais de 2010, estabeleceu que a lista proporcional de deputados deveria ser alternada entre homens e mulheres; nas circunscrições uninominais os candidatos homens deveriam ter uma mulher como suplente e vice e versa. Além disso, deveria ser reservado sete distritos para os candidatos indígenas.

Conforme os dados dos partidos efetivos na tabela 2 acima o formato da distribuição do poder parlamentar na Câmara dos deputados boliviana também foi se concentrando em poucas forças políticas a partir do pleito de 2005, quando apenas duas forças foram identificadas como relevantes. Uma delas foi o partido do governo, o MAS, com 56% das cadeiras e, a outra da oposição, o PODEMOS, logrando 33% dos assentos. Após a promulgação da Constituição no ano anterior, no pleito de 2010, o MAS passou a controlar 68% dos assentos parlamentares daquela Casa, contra apenas 28% da oposição representada pelo PPB-Convergência. Embora sejam necessários outros indicadores mais estaticamente robustos para avaliarmos o quanto essas modificações nas regras do jogo de fato explicam o formato identificado da representação da Câmara, ficou evidente pela trajetória do número das forças políticas parlamentares relevantes que vem ocorrendo processo de alta concentração do poder político também naquela Casa, com poucas forças conseguindo se manter na disputa política e, portanto, alcançando representatividade.

Já o retorno da democracia no Chile foi marcado pela continuidade da Constituição promulgada em 1980, portanto, em pleno regime militar. Essa Carta reforçou o domínio do Poder Executivo com diversas prerrogativas, e também criou o sistema eleitoral proporcional binominal para limitar a fracionalização do sistema partidário parlamentar. Para isso concedia benefícios para os partidos de direita e limitava a representação congressual da maioria dos partidos políticos. Ademais, os partidos não poderiam monopolizar a representação, o que encorajou a presença de candidatos independentes.

Com a manutenção do sistema de representação proporcional binominal continuava-se dificultando a ampla representação de outras forças sociais no sistema político chileno. Isso porque entre os efeitos já identificados desse tipo de sistema está a redução do número de partidos relevantes advinda do forte incentivo dos partidos formarem coalizões e do fortalecimento de lideranças partidárias nacionais em detrimento dos partidos. Esse último efeito, segundo Altman (2008), desencadearia outro problema do sistema partidário chileno, ou seja, a alta competição entre os candidatos dentro das coalizões e não entre as mesmas. Ademais, somente durante o governo Lagos, em 2006, foi promulgada uma Reforma Constitucional que permitiu que o Senado fosse integrado exclusivamente por membros do povo, eliminando os senadores designados e vitalícios. Com isso, o número de senadores foi reduzido de 48 para 38 membros.

Mas no que diz respeito à direção do formato das forças que vem controlando a Câmara dos Deputados, o número efetivo de partidos revela que o sistema partidário parlamentar chileno mantém-se moderado durante praticamente todo o atual período democrático, conforme classificação de Sartori (1982). São cinco partidos que conseguiram ser efetivos pelas duas coalizões governamentais: o PDC, PPD e PS pela *Concertación* e RN e UDI pela *Aliança por Chile*. Isso significa que praticamente as mesmas forças vem controlando as maiores fatias do poder político naquela Casa desde os primeiros pleitos que inauguraram a atual experiência de democracia competitiva, havendo, portanto, incentivos constrangedores a entrada de novas forças políticas no sistema político chileno.

Finalmente, no caso do Brasil as variáveis do sistema eleitoral avaliadas nesse trabalho permanecem praticamente iguais. Os partidos de esquerda que assumiram o poder em 2002 não buscaram alterar seus principais mecanismos embora venham defendendo mudanças pontuais em alguns elementos nas discussões recorrentes em torno de uma reforma política.

Na tabela dois podemos verificar que o formato da distribuição do poder na Câmara dos deputados brasileira é marcado por significativa dispersão do poder, resultado, ao menos em parte, do sistema eleitoral proporcional de lista aberta, com altas magnitudes distritais e uso das coligações eleitorais (Nicolau, 1994; Braga, 2006). Mas também, como defende Abranches (1988), da diversidade sócio-econômica da sociedade brasileira e da popularização do acesso às arenas de poder, especialmente da Câmara dos Deputados, como demonstra Rodrigues (2002). Mesmo assim, quando

comparados os resultados obtidos por cada partido, o PMDB foi o partido mais competitivo até 1994. Após esse período, PSDB, PT e PFL/DEM equalizaram o poder eleitoral na competição proporcional, e outros partidos médios, como o PSB, PP, PDT e PL/PR vem mantendo relativa proporção de cadeiras parlamentares.

Sendo assim, o mix de sistema eleitoral no Brasil vem caminhando para uma estrutura de competição relativamente mais fechada e concentrada em duas forças partidárias para o cargo do Executivo nacional, como vimos na primeira parte desta análise, e, em torno de um maior número de partidos para o Poder Legislativo – onde verificamos uma estrutura de competição multipartidária mais abrangente e justa em termos da representação dos interesses sociais, redundando no sistema político mais inclusivo quando comparado com os encontrados no Chile, e particularmente, na Venezuela e Bolívia.

Além da combinação do sistema representativo aplicado no caso brasileiro parecer ser mais eficiente do ponto de vista da competição política para o efetivo acesso e representação das forças políticas nas arenas políticas, supomos que esses resultados também são influenciados por outro dispositivo existente somente no Brasil: é o único país que concede o monopólio da representação aos partidos políticos, permitindo candidaturas aos diversos cargos eletivos que conformam a estrutura de oportunidade do seu sistema político apenas por meio das organizações registradas no Tribunal Superior Eleitoral ao menos um ano antes da realização das eleições. O texto chileno não menciona a exclusividade dos partidos enquanto canais de representação da população, pois permite candidaturas independentes. Os partidos tem ainda menos importância na Bolívia e na Venezuela, onde candidatos podem também ser lançados na competição política por movimentos sociais e candidatos independentes. Soma-se ainda o fato de parte importante do financiamento desses partidos, no caso brasileiro, advir de recursos públicos visando o fortalecimento dessas instituições no processamento da democracia eleitoral.

4. Considerações Finais

Com o objetivo de avaliar a qualidade da democracia na América Latina, este artigo buscou investigar comparativamente as experiências democráticas bolivianas, venezuelana, brasileira e chilena no que se refere às seguintes dimensões analíticas: o grau de participação e competição política. Ressaltamos que se trata de trabalho ainda exploratório e que buscamos nesta seção discutir algumas considerações

e inquietações que foram surgindo ao longo desta análise e que conclusões mais consistentes serão desenvolvidas em trabalho posterior tendo em vista que este artigo é um dos primeiros frutos de pesquisa em andamento e mais ampla sobre a qualidade da democracia nos países aqui comparados coordenada pelos autores.

Os casos examinados revelam que há importante diversidade de experiências consideradas democráticas sendo administradas pelos governos progressistas na América Latina. Esses formatos de democracia variam em função de expectativas pela mudança de regime ainda durante a democratização, casos do Chile e do Brasil, dos problemas políticos e estruturais que os atores envolvidos buscam resolver em cada caso, particularmente na Venezuela e Bolívia bem como dos procedimentos que regulam e operam o funcionamento do sistema político.

Pelos resultados já identificados neste trabalho, especialmente em relação ao grau de participação política e aos mecanismos criados pelos governos de esquerda visando sua ampliação, é possível afirmar que enquanto a Venezuela e a Bolívia se aproximam de uma democracia semi-direta, o Brasil e o Chile apresentam características mais próximas dos modelos de democracias representativas. Verificamos ainda que enquanto Chávez utilizou-se dos mecanismos participativos, especialmente os referendos, para mudar a Constituição e ampliar o seus poderes, Morales logrou importantes vitórias, mas não conseguiu até o momento expandir seus poderes tal como o chavismo. Já os políticos progressistas no Brasil e no Chile seguiram caminhos, particularmente no primeiro caso, no sentido da defesa da premissa do fortalecimento da democracia representativa e proporcionalista em detrimento de mecanismos que viessem incentivar a participação direta da população.

5. Referencias bibliográficas

ALTMAN, David; PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness and Participation in Eighteen Latin American Countries. **Democratization**, London, v. 9, n. 2, p. 85-100, 2002.

ANRIA, Santiago. Bolivia's MAS: Between Party and Movement. In: CAMERON, Maxwell; HERSHBERG, Eric (Ed.). **Latin America's Left Turns: Politics, Policies and Trajectories of Change**. Boulder: Lynne Rienner, 2010.

BRAGA, Maria do Socorro S. (2006) **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro:**

**Padrões de
Competição Política 1982-2002** . São Paulo, Humanistas/Fapesp.

CARRAFFA, Carlos H. Cordeiro. **Constitución Política del Estado**. Versión Pedagógica. Bolívia. Vinculos. 2010.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo (Ed.). **Assessing the Quality of Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 2005.

GOLDFRANK, Benjamin. The Left and Participatory Democracy: Brazil, Uruguay, and Venezuela. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (Ed.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011.

HANDLIN, Samuel; COLLIER, Ruth. The Diversity of Left Party Linkages and Competitive Advantages. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (Ed.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011.

HUNTER, Wendy. Brazil: The PT in Power. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (Ed.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011.

KINGSTONE, Peter; PONCE, Aldo. From Cardoso to Lula: The Triumph of Pragmatism in Brazil. In: WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl; HUNTER, Wendy (Ed.). **Leftists Governments in Latin America: Successes and Shortcomings**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010.

LAAKSO, M. & TAAGEPERA, R. The “effective” number of political parties: a measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies*, v.12, n.1, 1979.

LEVINE, Daniel; MOLINA, José. Evaluating the Quality of Democracy in Latin America. In: LEVINE, Daniel; MOLINA, José (Ed.). **The Quality of Democracy in Latin America**. Boulder: Lynne Rienner, 2011.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (Ed.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011a.

_____. Latin America’s “Left Turn”: A Framework for Analysis. In: _____ (Ed.) **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011b.

_____. Democracy, Development, and the Left. In: _____ (Ed.) **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011c.

MADRID, Raúl. Bolivia: Origins and Policies of the Movimiento al Socialismo. In: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (Ed.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011.

NICOLAU, J. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como representação: O impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 259-305, 2011.

_____; SAMUELS, David. Can Participation Shape National Politics? An Empirical Answer for a Theoretical Question. **2012 Annual Meeting of the APSA**, New Orleans, 2012.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Ideologia e Composição Social**. SP, Edusp, 2002.

WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl; HUNTER, Wendy (Ed.). **Leftists Governments in Latin America: Successes and Shortcomings**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010a.

_____. The Policies and Performance of the Contestatory and Moderate Left. In: _____ (Ed.). **Leftists Governments in Latin America: Successes and Shortcomings**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010b.